

O NOVO ENSINO MÉDIO E AS ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS: SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO E NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Débora Lopes de Brito¹
Regina Coelli Gomes Nascimento²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar práticas pedagógicas realizadas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica (PRP)³ da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no subprojeto de História, na Escola Cidadã Integral Professor Itan Pereira localizada no município de Campina Grande na Paraíba. O principal objetivo deste trabalho é apresentar as vivências desenvolvidas no programa e a partir delas desenvolver reflexões a respeito do que foi vivido. Uma dessas reflexões será a respeito do Novo Ensino Médio e seus impactos diretos na formação de alunos e professores. A educação integral tornou-se um tema vigente nos debates educacionais, tendo em vista sua relevância para a formação de cidadãos preparados para os desafios da sociedade atual. Dentro desse contexto, o governo do Estado da Paraíba tem implantado o programa de educação integral, que amplia a jornada escolar e associa a disciplinas da base comum curricular, disciplinas diferenciadas, cuja prioridade se concentra no protagonismo juvenil e em seu projeto de vida. Essa mudança radical veio da concepção hegemônica que considera que a sociedade precisa de alguns ajustes e não de uma transformação basilar, respalda-se em ideários que confirmam essa premissa, como o neoliberalismo. A educação é, nessa concepção, um elemento chave para as mudanças necessárias. Sob esta ótica, a educação integral seria aquela que promove novo significado à escola, que valoriza a singularidade dos sujeitos, desenvolvendo as relações cordiais e solidárias para uma sociedade cada vez mais harmoniosa. De acordo com Mézáros a “natureza da educação – como tantas outras coisas essenciais nas sociedades contemporâneas – está vinculada ao destino do trabalho”, com essa afirmação o autor ressalta a estreita relação entre educação e o modelo econômico de uma sociedade; “digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação” (MÉSZÁROS, 2014, p. 17).

Palavras-chave: Residência Pedagógica; Escolas Cidadãs Integrais; Ensino de História; Novo Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

Este relato apresenta-se como uma reflexiva descrição de algumas etapas percorridas até o presente momento no Programa de Residência Pedagógica. Minhas experiências foram na ECI Professor Itan Pereira, localizada no município de Campina Grande-PB. Fui e estou sendo

¹ Graduanda do Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, debora.lopes@estudante.ufcg.edu.br;

² Professora orientadora: Doutora, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, regina.coelli@professor.ufcg.edu.br.

³ Programa financiado pela CAPES.

supervisionada pela professora Ana Cláudia, preceptora na Residência Pedagógica, com a qual divido essas experiências que serão relatadas.

A educação integral tornou-se um tema vigente nos debates educacionais, tendo em vista sua relevância para a formação de cidadãos preparados para os desafios da sociedade atual. Dentro desse contexto, o governo do Estado da Paraíba tem implantado o programa de educação integral, que amplia a jornada escolar e associa a disciplinas da base comum curricular, disciplinas diferenciadas, cuja prioridade se concentra no protagonismo juvenil e em seu projeto de vida.

O governo do Estado, por meio da Medida Provisória n. 267, de 07 de fevereiro de 2018, cria o Programa de Educação Integral que, vinculado a Secretaria de Estado da Educação, é formado por Escolas Cidadãs Integral – ECI, Escolas Cidadãs Integradas Técnicas – ECIT e Escolas Cidadãs Integradas Socioeducativas – ECIS, além de instituir o Regime de Dedicção Docente Integral – RDDI para a equipe gestora (Coordenadores Administrativo Financeiro, Coordenadores Pedagógicos, Diretor) e professores das unidades, com ressalva para os educadores “contratados em regime especial para lecionar as disciplinas técnicas profissionalizantes nas Escolas Cidadãs Integradas Técnicas.” (PARAÍBA, 2018).

A Escola Cidadã Integral aborda o ensino fundamental II e o ensino médio e, juntamente com as demais, possuem período integral e educação integral, com práticas administrativas específicas e conteúdo pedagógico próprio, desenvolvida em conjunto com a Base Nacional Curricular Comum, um conjunto de atividades inovadoras que visam propiciar ao aluno um novo ambiente escolar, onde o aluno possa ser estimulado a permanecer e construir o seu projeto de vida. A Escola Cidadã Integral Técnica abrange o Ensino Médio Profissionalizante Integral e sua distinção se encontra na oferta de cursos profissionalizantes de forma integrada ao ensino médio, dessa forma, qualifica o estudante que ao deixar o ensino básico, já se encontra com um diferencial para iniciar no mercado de trabalho.

No estado da Paraíba as escolas integrantes do projeto atuam por meio da articulação das disciplinas da base comum curricular (BNCC) e disciplinas da parte diversificada (BD), com base nas definições da Escola cidadã integral, se diferencia das demais escolas regulares do Estado por incluir em sua metodologia: Protagonismo juvenil, eletivas, estudo orientado, acolhimento, salas temáticas, avaliação semanal, tutoria.

Uma das prioridades do governo ao implantar o programa, estava em viabilizar ao aluno uma melhor preparação para o mercado de trabalho, ao proporcionar em conjunto com a conclusão do ensino médio a sua formação em um curso técnico, ideia acolhida pelos os estudantes que com sua institucionalização passou a escolher gradativamente os centros estruturados com esta oferta de educação.

Pensar a escola como instituição social é pensá-la em sua missão específica de comprometimento e transformação social. Porém, com o passar dos anos, temos assistido uma escola que se conforma ao regime de poder neoliberal, como um instrumento útil ao mercado, transformando a educação em mercadoria, acentuando as desigualdades sociais, separando a escola pública da escola privada. Outro ponto que merece destaque nessa aproximação da governamentalidade neoliberal é a conversão de escolas e universidades que têm, paulatinamente, se transformado em pequenas ou grandes incubadoras empresariais. Este processo é sentido desde a flexibilização dos currículos, até a presença cada vez mais constante de que o empreendedorismo é a única alternativa possível para milhares de estudantes.

É nesse cenário político, econômico e educacional que surge o Novo Ensino Médio, uma reforma educacional implementada no Brasil a partir de 2017, que tem como objetivo

atualizar e modernizar a estrutura e conteúdo do ensino médio brasileiro. A principal mudança trazida pelo Novo Ensino Médio é a flexibilização do currículo, que passa a oferecer aos estudantes uma formação mais diversificada, com a possibilidade de escolher as disciplinas e atividades que deseja cursar de acordo com seus interesses e objetivos. Além disso, o Novo Ensino Médio prevê a ampliação da carga horária de ensino para 3.000 horas. Embora o Novo Ensino Médio tenha sido implementado com o objetivo de melhorar a qualidade da educação no Brasil, alguns críticos apontam para possíveis impactos negativos da reforma.

Passar, até então, três meses em sala de aula como residente imersa nesse cenário (de ECI e Novo Ensino Médio), me proporcionou muitas experiências interessantes e que de forma rápida mudaram bastante minha maneira de enxergar a docência, a vida escolar e o presente/futuro da educação. Escolhi para relatar e refletir esses assuntos um momento de ruptura que vivenciei ao trocar de turmas e ter que lidar com as novas realidades do ensino de História. Realidade essa que aqui aponto falhas e o impacto negativo que gerarão na educação.

METODOLOGIA

A partir da exploração dos fundamentos teóricos do Novo Ensino Médio, atarves de uma revisão de literatura sobre o papel das escolas cidadãs na formação de cidadãos moldados pelo neoliberalismo. Para isso será utilizado a vivencia em uma escola que adotou o Novo Ensino Médio e que se identificam como escolas cidadãs onde a Residência pedagógica atuou. Fazendo análise documental do projeto pedagógico e práticas adotadas nas escolas. Observação direta das atividades em sala de aula para avaliar a participação dos alunos e a aplicação das diretrizes curriculares. Fazendo com que a partir da experiencia seja identificação de pontos positivos e desafios na implementação do Novo Ensino Médio em escolas cidadãs. E principalmente a compreensão do impacto na formação de professores e na qualidade da educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início do ano letivo, os residentes que ficaram na ECI Professor Itan Pereira escolheram as turmas da preceptora Ana Claudia que gostariam de ficar. Eu escolhi o 3º ano B e fiquei com eles por mais de um mês. Era uma turma que eu já conhecia, de forma rápida, pois em um dos estágios obrigatórios eu observei algumas aulas dessa turma. Então, os conhecia brevemente. No entanto, esse mês que fiquei trabalhando com eles foi o suficiente para que eu me apegasse imensamente a essa turma. Turma essa que me foi repassado que era um pouco “pesada”, mas que com o passar das aulas eu fui vendo um grande potencial desses alunos e me motivando a trabalhar da melhor forma possível com eles.

Nessa turma eu fui aos poucos notando uma evolução pessoal minha, no sentido de me sentir confortável e ir evoluindo enquanto professora. No geral, o 3ºB foi uma grata surpresa na minha trajetória e que me fez refletir muito sobre o papel do sentimento na prática educacional e na nossa formação. Até que ponto a romantização do trabalho docente e o sentimentalismo é uma armadilha, uma utopia ou uma motivação?

Entendemos ser importante o professor conviver com os alunos na sala de aula observando o comportamento de cada um e tentando buscar alternativas através do diálogo que

contribuam para o processo de ensino. Segundo Freire (1996) no livro *Pedagogia da Autonomia*: “O diálogo é uma exigência existencial”, não podendo então reduzir-se a um ato que tão somente deposita as ideias de um sujeito em outro sujeito. A afetividade e o planejamento são fatores importantes no processo de ensino levando sempre em consideração a particularidade da aquisição cognitiva de cada aluno referente aos conteúdos programados buscando fazer uma relação com a sua realidade e também levando em conta o conhecimento que cada um traz consigo respeitando as suas hipóteses e indagações, superando os limites, buscando alcançar os objetivos e as finalidades dos conteúdos para que haja uma maior compreensão entre o professor, o aluno e a aprendizagem.

Considerando o conhecimento próprio do aluno entendemos que há saberes necessários à prática educativa com fundamentos na ética pedagógica, com uma visão de mundo alicerçada, dentre muitas outras, no bom senso, na tolerância, na alegria, na competência, na generosidade, etc., mas que não foge do nosso tema mostrando e buscando a reflexão de que para ensinar é preciso fazer compreender o educando. Nessa ótica o professor também age como reforçador da capacidade crítica do educando, através da prática docente; com isto ele trabalha reforçando esta autonomia e não apenas transferindo conhecimentos. Esta capacidade pedagógica é indispensável para a criação de oportunidades educativas.

No que diz respeito à afetividade percebemos então que esse sentimento e a aprendizagem andam juntos, sendo muito importante neste percurso o papel do professor como agente mediador entre o sujeito e os objetos culturais. Diante disso, podemos dizer que as interações dentro do local de aprendizado são marcadas pela afetividade em todos os seus aspectos, sendo a afetividade um elemento importante nessas relações. Podemos também afirmar que a afetividade está presente nos momentos que acontecem as atividades pedagógicas do professor e não apenas nos momentos de descontração. Para Mahoney e Almeida (MAHONEY e ALMEIDA, 2005, p. 13) “a afetividade refere-se à capacidade, à disposição do ser humano de ser afetado pelo mundo externo/ interno por sensações ligadas a tonalidades agradáveis ou desagradáveis; ser afeto é reagir com atividades interna/ externa que a situação desperta”.

Diante do que foi citado, podemos entender que as interações que acontecem dentro do espaço escolar facilitam o processo de aprendizagem do aluno e aumentam a possibilidade dessas relações se darem de forma positiva, sendo fatores importantes nesses questionamentos às condições de ensino propostas pelos professores e o efeito afetivo dessas experiências em sala de aula na relação de construção do conhecimento. Ainda sobre o professor ele deve ser um facilitador no acesso à informação como um bom amigo que auxilia o sujeito a conhecer o mundo e seus problemas, seus fatos, suas injustiças, de forma que o aluno possa ser crítico em suas expressões, respeitando e valorizando o professor.

No meu processo de formação docente desenvolver uma boa relação de afetividade com a turma que eu estava trabalhando fez total diferença no meu desempenho e em como eu comecei a pensar a educação e a construção do conhecimento. Para bell hooks(2020), o amor, o apego, é ação e enquanto ação é comprometimento. Um comprometimento individual e coletivo, o qual permite às pessoas se enxergarem como interconectadas e interdependentes. A afetividade é, para ela, força espiritual e política capaz de transformar todas as esferas da vida das pessoas, seja no âmbito das relações íntimas, sociais ou políticas. Foi nesse momento onde eu estava confortável e me superando cada dia mais, que houve uma grande mudança: mudei de turma.

Quando as aulas na faculdade começaram meu horário entrou em conflito com o horário das aulas no 3ºB, então tive que me reorganizar para encontrar uma solução para essa questão.

A solução encontrada foi mudar de turma e fui para os dois 2ºanos. A primeira grande surpresa nesse processo todo foi a carga horária. Na ECI Itan Pereira, o novo ensino médio só foi implementado no 1ºANO e no 2ºANO, então enquanto eu estava no 3ºB eu não senti propriamente os impactos dessa reforma, mas agora estando inserida nessa realidade consegui imediatamente observar os primeiros obstáculos.

Temos vivenciado tempos de instabilidade política em nosso país e, em meio a um turbilhão de acontecimentos no cenário político e econômico, ações que alteram significativamente a realidade tem sido tomada de maneira rápida e sem ampla discussão com os diversos segmentos sociais. A atual Reforma do Ensino Médio, instituída por meio da Lei nº 13.415/2017, é um exemplo dessas ações. A referida lei tem como proposta, entre outros pontos, reestruturar a agenda da educação integral no Brasil. Com a repressão aos movimentos sociais e sem diálogo ampliado com a comunidade acadêmica e com os demais setores da sociedade civil, a Medida Provisória foi aprovada na câmara dos deputados em dezembro de 2016. Já no início do ano de 2017, tramitando em caráter de urgência no senado, a aprovação da reforma do ensino médio foi uma das primeiras ações dos senadores na volta do recesso. Sem maiores impedimentos, a MP 746/2016 foi sancionada pelo presidente em exercício Michel Temer.

Essa concepção hegemônica considera que a sociedade precisa de alguns ajustes e não de uma transformação basilar, respalda-se em ideários que confirmam essa premissa, como o neoliberalismo e o escolanovismo. A educação é, nessa concepção, um elemento chave para as mudanças necessárias. Sob esta ótica, a educação integral seria aquela que promove novo significado à escola, que valoriza a singularidade dos sujeitos, desenvolvendo as relações cordiais e solidárias para uma sociedade cada vez mais harmoniosa.

De acordo com Mézáros a “natureza da educação – como tantas outras coisas essenciais nas sociedades contemporâneas – está vinculada ao destino do trabalho”, com essa afirmação o autor ressalta a estreita relação entre educação e o modelo econômico de uma sociedade; “digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação” (MÉSZÁROS, 2014, p. 17). Em consonância com Mézáros, Saviani (1994) entende que, historicamente, a educação vem cumprindo diferentes papéis. O autor expõe que a educação se diferencia de acordo com o modo de produção vigente, havendo dessa forma uma estreita relação entre o surgimento da educação escolar e o nascimento de uma classe proprietária, o que contribuiu para que a educação formal se tornasse um processo fragmentado, unilateral, modelo que ainda hoje vigora. No entanto vale lembrar que nem sempre foi assim, já que a educação não é um processo natural, mas algo socialmente construído.

A carga horária, como dito, foi e está sendo um problema. No novo ensino médio, História só possui uma única aula de 50 minutos por semana. Isso mudou completamente tudo, como eu pensava as aulas, os planejamentos, a vivência em sala de aula, a ligação com os alunos, tudo. A questão curricular talvez seja central nos debates sobre a reforma, uma vez que a proposta parece culpar o antigo currículo por todas as mazelas do ensino médio. Segundo a exposição de motivos que justifica a Medida Provisória, o resultado negativo nas avaliações externas “é reflexo de um modelo prejudicial que não favorece a aprendizagem e induz os estudantes a não desenvolverem suas habilidades e competências” (BRASIL, 2016, p.10.). O mesmo documento enfatiza também a necessidade de adequar o currículo às exigências do mercado de trabalho. Nesse sentido, disciplinas como arte, filosofia, sociologia e até mesmo história e geografia perdem a estabilidade na grade curricular, já que deixam de atender aos interesses imediatos da proposta, que parece vislumbrar muito mais a formação do futuro empregado do que uma formação humana multifacetada.

No lugar de outra aula de História e de outras importantes disciplinas, entrou os chamados Itinerários Formativos, que são um conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho em que os estudantes poderão escolher se aprofundar. Tratam da parte flexível do currículo do Novo Ensino Médio e correspondem, no mínimo, 1.200 horas anuais. Eles fazem parte das diretrizes estabelecidas pela BNCC e estão diretamente associados às habilidades e competências que todos os alunos devem desenvolver durante o Ensino Médio. Basicamente são assuntos aleatórios dados como se fossem extremamente necessários, mas na realidade só estão prejudicando o que realmente é importante. Aliás, uma das bases da ideia de Itinerários Formativos é o caráter empreendedor deles. Por isso desde a implementação vemos disciplinas absurdas em diferentes escolas do país como “O que rola por aí”, “Torne-se um milionário”, “Brigadeiro caseiro”, “Mundo Pets SA”, “Arte de morar”, “RPG” e “Projeto de vida”.

A proposta do novo ensino médio tem por base os quatro pilares da educação, conceito oriundo da chamada Pedagogia de Competências, uma concepção reformista de educação e sociedade, que como afirma Saviani (2013, p. 437), tem por objetivo “dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade”. Sobre um dos mais enfatizados pilares da Pedagogia de Competências, o aprender a aprender, Duarte afirma:

[...] o lema “aprender a aprender” passa a ser revigorado nos meios educacionais, pois preconiza que à escola não caberia a tarefa de transmitir o saber objetivo, mas sim a de preparar os indivíduos para aprenderem aquilo que deles for exigido pelo processo de sua adaptação às alienadas e alienantes relações sociais que presidem o capitalismo contemporâneo. A essência do lema “aprender a aprender” é exatamente o esvaziamento do trabalho educativo escolar, transformando-o num processo sem conteúdo (DUARTE, 2004, p. 8).

A análise de Duarte aponta para a falta de conteúdo do lema “aprender a aprender”, justamente o que se contrapõe aos requisitos de uma atividade educativa que tenha por interesse a emancipação humana. Propagandeado como um sistema que aumenta a liberdade de escolha dos estudantes, os itinerários têm sido alvo de críticas por, na prática, fazerem justamente o contrário. Além deste sistema impor disciplinas esdrúxulas no lugar de outras de base, escolas de menor porte e municípios com poucas escolas - muitas vezes apenas uma - não conseguem oferecer muitas opções de itinerários.

Não só a carga horária e os itinerários foram práticas inesperadas, como também o livro didático. Se até 2021, cada disciplina tinha um livro didático em volume único, a partir de agora, os livros do Ensino Médio não são mais determinados por disciplinas. No lugar disso, são seis obras por cada área de conhecimento: Matemática, Linguagens, Ciência da Natureza e Ciências Humanas. A ideia é que o professor possa usar em qualquer ordem, de acordo com sua concepção do que é mais adequado ao projeto pedagógico da escola. Assim, agora os estudantes terão, ao todo, 24 livros para todo o Ensino Médio e, a cada semestre, receberão o material de acordo com cada área do conhecimento. Por ano, serão oito livros.

Os professores são obrigados a trabalharem os conteúdos dos livros sem muita flexibilidade. Humanas tem um único livro que possui assuntos de todas as áreas e cada disciplina fica com alguns capítulos e não pode fugir disso. O livro do 2º ano do Itan Pereira

durante o primeiro bimestre teve como temática (ou eixo temático) o Trabalho⁴. Então, em todos os capítulos o foco é o trabalho. A História fica encarregada de falar sobre a trajetória do trabalho na história humana, geografia os impactos ambientais e filosofia e sociologia se encarregam de debater esses conceitos. Isso na minha visão engessa o conhecimento, as disciplinas e modifica a base do que considero necessário trabalhar em sala de aula em questão de temáticas.

Conforme foi possível compreender, a reforma que integra a educação integral no chamado Novo Ensino Médio tem como compromisso uma formação mais técnica e menos propedêutica, servindo dessa forma ao jogo de interesses que rege a sociedade do capital, pois contribui para a formação do homem produtivo, do homem massa, distanciando-se do conceito de omnilateralidade que pressupõe uma formação efetivamente integral.

É nesse sentido que as reformas apresentadas no atual contexto político brasileiro, em especial as reformas para a educação – e aqui estamos nos referindo em específico a proposta de educação integral expressa no Ensino Médio –, não estão isentas de interesses e por vezes tais interesses estão a serviço do capitalismo, na medida em que priorizam a formação técnica e parcial voltadas apenas para a atuação do sujeito no mercado de trabalho, pois o capitalismo volta-se para a expansão e para a acumulação conforme indicou Mészáros (2002) tem na educação um instrumento que contribui para a sua legitimação e perpetuação. O ensino médio vem para causar danos irreparáveis no ensino básico e precisa urgentemente ser repensado com a comunidade escolar.

Essa reforma alimentou-se de soluções impossíveis, que pregam resultados intangíveis, usando a falsidade como verdade alternativa. Malévola, fabricante de Fake News com o assédio ideológico e os privilégios da classe de professores, nutrindo-se das imagens dos espelhos, que apagam a vida e a criação nas escolas e sugerem que a educação enfrenta uma grave crise e seja ruim. Malévolas, as reformas da BNCC e EM vendem a solução para o problema que fabricam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista todas as problemáticas expostas. Todas essas mudanças de início me causaram um certo desespero, mas com o passar do tempo fui me acostumando e hoje as vejo como essenciais na minha formação enquanto futura professora que será contra qualquer reforma que venha para separar e prejudicar a formação de cidadãos. Uma dessas experiências foi uma mudança brusca que me possibilitou olhar e vivenciar o ensino de outra forma.

O Programa Residência Pedagógica até então vem sendo a concretização do objetivo de me preparar da melhor forma possível para ser uma boa professora. O Programa Residência Pedagógica vem buscando sempre o aprimoramento da formação docente por meio da necessária articulação entre o que os alunos aprendem na universidade e o que experimentam na prática da residência, considerando que justamente um dos aspectos mais importantes em relação à formação docente é proporcionar ao aluno oportunidades para que desenvolva a capacidade de relacionar teoria e prática docente e isso é essencial para a formação de um profissional de qualidade.

⁴ Referência do livro didático citado: MODERNA. Moderna Plus: ciências humanas e sociais aplicadas. – 1. ed. – São Paulo. 2020.

REFERÊNCIAS

PARAÍBA. **Medida provisória n. 267, de 07 de fevereiro de 2018.** Cria o Programa de Educação Integral, composto por Escolas Cidadãs Integrais – ECI, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas – ECIT e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas - ECIS e institui o Regime de Dedicção Docente Integral – RDDI e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Paraíba. Publicado em 09 de fevereiro de 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MAHONEY, Abigail Alvarenga; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **Afetividade e processo ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon.** Psicologia da educação, n. 20, p. 11-30, 2005.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas.** Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2020b. (2000).

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias.** In: Novas tecnologias, trabalho e educação. Petrópolis: Vozes, 1994.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Exposição de Motivos. Brasília, DF: Câmara dos deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-exposicaodemotivos-151127-pe.html>. Acesso em: 20 abril 2023.

MÉSZAROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo editorial, 2002.